



Número: **0800156-24.2018.8.15.0941**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Água Branca**

Última distribuição : **10/05/2018**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO ROBERTO LOPES CABRAL (AUTOR)		WALDEY LEITE LEANDRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14189 623	10/05/2018 12:59	Petição Inicial	Petição Inicial
14189 635	10/05/2018 12:59	PROCURAÇÃO	Procuração
14189 650	10/05/2018 12:59	BOLETIM DE OCORRENCIA	Outros Documentos
14189 657	10/05/2018 12:59	RG E CPF - PAULO ROBERTO LOPES CABRAL	Outros Documentos
14189 673	10/05/2018 12:59	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
14189 687	10/05/2018 12:59	ATESTADO MEDICO	Outros Documentos
14189 699	10/05/2018 12:59	AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO	Outros Documentos
14189 714	10/05/2018 12:59	COMPROVANTE DE SALDO DA CONTA	Outros Documentos
14189 734	10/05/2018 12:59	DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE LAUDO DO IML	Outros Documentos
14189 751	10/05/2018 12:59	DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA	Outros Documentos
14189 757	10/05/2018 12:59	DOCUMENTO DO VEICULO	Outros Documentos
14189 771	10/05/2018 12:59	FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL	Outros Documentos
14189 776	10/05/2018 12:59	PROTUARIO DE OCORRENCIA	Outros Documentos
14189 786	10/05/2018 12:59	RELATORIO DE CIRURGIA 02	Outros Documentos
14189 802	10/05/2018 12:59	RELATORIO DE CIRURGIA	Outros Documentos
14189 816	10/05/2018 12:59	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA	Outros Documentos
14262 967	20/05/2018 19:22	Despacho	Despacho
22298 924	28/06/2019 08:00	Ofício	Ofício
29408 380	25/03/2020 18:06	Citação	Citação

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA, ESTADO DA PARAÍBA

PAULO ROBERTO LOPES CABRAL, brasileiro, união estável, Agricultor, Portador do RG de nº 1.901.591 SSP/PB, e do CPF 019.479.704-02, residente e domiciliado na Rua São José, S/N, Zona Rural, Município de Imaculada – PB, CEP 58.745-000 por intermédio de sua bastante procuradora, infra-assinada, conforme instrumento procuratório incluso vem com a devida vênua à presença de Vossa Excelência, requerer a presente;

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Contra: **LÍDER – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, estabelecido na Rua Senador Dantas no. 74, Rio de Janeiro, Cep – 20.031.205, pelos fatos, por para no final requerer:

LIMINARMENTE:

Seja concedido os benefícios da justiça gratuita, por ser a requerente pobre na forma da Lei, conforme dispõe a CF/88, art. 5º, XXXIV, e demais legislação que trata da espécie, conforme declaração de pobreza.

1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicações de estilo, sejam realizadas em nome do **Dr. WALDEY LEITE LEANDRO**, advogado, registrado na OAB/PB sob o número 13.958, sob pena de nulidade dos atos processuais subseqüentes.



ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME DO ADVOGADO QUE RECEBERÁ AS INTIMAÇÕES. PRECEDENTES DA CORTE. 1. **Comprovado que está nos autos expresso requerimento para que as intimações fossem feitas em nome dos subscritores antes da decisão que provocou a extinção do processo, fica evidente a nulidade.** 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – RESPE 2003/0134143-4 (REsp 586362) – Terceira Turma – Relator: Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 21/02/2005 p. 174)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – **Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes.** 01. **Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos.** 02. Agravo de instrumento conhecido e provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima – DJU 14.12.2006 – p. 73).

DA AUDIÊNCIA INAUGURAL DE MEDIAÇÃO

MM Juiz, a parte autora vem mui respeitosamente, nos termos do art. 319, VII do NCPC, se manifestar que não possui interesse na audiência de MEDIAÇÃO. Isso porque, a todo tempo as partes podem transigir no processo, e em especial na audiência de Conciliação.

2 - DOS FATOS:

Ocorre que, no dia 18 de Julho de 2016, por volta das 01:00 hora, **PAULO ROBERTO LOPES CABRAL**, estava pilotando seu veículo na Av. José Alves Camboim, de frente ao Hospital, bairro Bela Vista, Imaculada-PB, uma motocicleta da marca HONDA CG 150/ TITAN MIX KS ano 2009 e modelo 2010, cor vermelha, placa KHY 6761/PE, RENAVAL 192401335 licenciada em nome do mesmo, onde, sofreu um acidente automobilístico.

A vítima, **PAULO ROBERTO LOPES CABRAL**, promovente, seguia em sua motocicleta acima descrita, no dia, hora e local informados acima, quando colidiu frontalmente com um veículo VW Crossfox, ano e modelo 2006, cor prata, placa HAR 2863/PE, CHASSI 9BWK05Z864193385, RENAVAL 192401335 licenciado em nome de **ANTONIO HONORATO DO NASCIMENTO**, com CPF: 111.361.128-63, com a colisão a vítima ficou desacordado, ocasião que foi socorrido para o Hospital Regional de Patos /PB, onde foi submetido a cirurgia e ficou internado por vinte e nove dias, no qual veio a ser liberado do Hospital para retornar uma depois para avaliação, no sentido de se submeter-se a outra cirurgia, nesta colisão PAULO ROBERTO LOPES CABRAL teve fraturas múltiplas em ossos da perna esquerda, segundo o



médico que atendeu a vítima, este só deverá voltar a andar após noventa dias, a contar do dia em que foi liberado do Hospital.

Cabe aqui salientar, que o requerente encontra-se com várias sequelas, devido às consequências do sinistro. Não apresenta o promovente, qualquer perspectiva, por partes dos médicos, de retornar ao trabalho. E devido aos ferimentos, resultou em incapacidade para ocupações habituais por alguns dias.

Por isso, evidencia-se a incapacidade e o direito certo a 100% da indenização ora tratada. DESTA FORMA, REQUEREU O BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT, ATRAVÉS DA SEGURADORA LIDER, NÚMERO DE SINISTRO 3180051984. CONTUDO, A REQUERIDA NÃO PAGOU PEDIDO DO SEGURO DPVAT DO REQUERENTE NA ÍNTEGRA, COM A JUSTIFICATIVA QUE O MESMO TINHA SOFRIDO SEQUELAS PARCIAIS. PORÉM, ESSE MOTIVO NÃO CONDIZ COM A REALIDADE, O QUE SERÁ PROVADO NA PERÍCIA JUDICIAL

Desta monta, diante de tal abuso e má-fé cometidos pela requerida, não resta outra alternativa ao requerente que senão recorrer a este juízo, que é sério, imparcial, justo e imune ao poderio econômico. Do qual, não tem deixado passar impunes os casos onde são cometidos este tipo de ilícitos civis. Requerendo, ao Equânime Julgador, que se digne a conceder o pleiteado no final, tornando o direito do requerente respeitado e realizando plenamente a tutela jurisdicional.

3 – DO DIREITO:

Uma análise sistemática do Código Civil Brasileiro nos demonstra que a reparação do dano material e moral está plasmada no nosso direito positivo, pois:

Art.186 – “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”

Art.927 – “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Em matéria de indenização por ocorrência de sinistro, a quitação deverá ser feita no prazo máximo de 30(trinta) dias à apresentação dos documentos comprobatórios do fato; este entendimento já se tornou pacífico em decisões judiciais e nossos Tribunais tem confirmado este raciocínio, portanto, não há o que discutir quanto ao direito da autora.

No caso em apreço, a responsabilidade da requerida é indiscutível, pois que os documentos que comprovam as despesas médico-hospitalares foram entregues.



Certamente teremos a oportunidade de ver na contestação apresentada futuramente, de que a demora no pagamento do seguro seria de responsabilidade exclusiva da parte adversa consistente no seu atraso em proceder com documentos necessários a sua quitação da cobertura pactuada.

Infelizmente, como já dito, essa é uma prática já conhecida por parte da Seguradora promovida

Como se vê demonstrado, o direito que milita em favor da parte autora está por demais cristalino, amparado, inclusive, em nossa Carta Política, que lhe reserva o direito de estar em juízo pleiteando indenização por ato ilícito, ainda que este direito não estivesse consignado no campo normativo das leis inferiores; por tratar-se de direito subjetivo imutável.

CF/88 - Art. 5º

- V “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.”

- X “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (grifamos)

A lei no. 6.194/74, em seu art. 5º., determina que o pagamento do DPVAT, mesmo que o veículo causador do acidente não seja identificado, com seguro não realizado, e com seguro vencido, mesmo assim será devido o pagamento do seguro.

A norma legal ainda determina que a seguradora terá prazo de 15 (quinze) dias o pagamento do DPVAT.

DA ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO DPVAT NO BRASIL

Torna-se oportuno ressaltar, a título de ilustração nesta oportunidade o porquê da manobra da requerida nesta demanda.

Ora Douto Julgador, parte da sociedade de nosso país, estão inconformadas, como está sendo administrado, dirigido, o seguro DPVAT em nosso país, visto que, segundo a REDE GLOBO, em publicação divulgada pelo Jornal Hoje, Edição do dia 20-09-2000, onde a mesma forneceu dados informando que existe dois projetos de leis tramitando do Congresso Nacional, objetivando a extinção do DPVAT, pelo fato do mesmo ter perdido seu caráter social, onde a rede televisiva informa que só no ano anterior foi arrecadado em nosso país mais de 1.154.000,00 (HUM BILHÃO CENTO E CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS), referente ao recolhimento do seguro obrigatório (DPVAT), sendo que, apenas 20% deste valor foi destinado ao pagamento das vítimas do seguro DPVAT, acrescentando ainda que, 34% deste valor foi rateado



entre as seguradoras que militam do ramo deste tipo de sinistro. (grifo e sublinho nosso)

DO VALOR DEVIDO:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

O art. 3º., alínea a, da Lei no. 6.194/74, determina que a base para liquidação do seguro será de 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo do país, no caso de morte.

Acontece que todas as seguradoras que militam no ramo de seguros DPVAT pagam os sinistros a terceiros em contra proposta recebem pelos serviços oferecidos a sociedade todo valor pago é rateado pelo consórcio das Sociedades Seguradoras, que administram o convênio das empresas de seguro em nosso país.

O direito da Promovente, é líquido e certo, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar que a conduta da demandada, é a atípica e contrária ao que determina a Lei no. 8.441/92.

A violação do direito do autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio retro citado.

DA PROVA PERÍCIAL:

O art. 5º. da lei no. 6.194/74, em seu parágrafo 5º., determina:

“...O IML DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE TAMBÉM QUALIFICARÁ AS LESÕES FÍSICAS OU PSÍQUICAS PERMANENTES PARA FINS DE SEGURO PREVISTO NESTA LEI...”

O Laudo Pericial encontra-se acostado aos autos.

DA JURISPRUDENCIA:

A Jurisprudência Pátria, exaurida pelos nossos tribunais já se posicionaram de maneira uníssona, se não vejamos:

A 2ª. Colenda turma Recursal Cível desta comarca, em processo similar, corroborando com os julgados emanados de nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte Acórdão:

Recurso no. 057/2002/TC Civ.

Relator: Juiz João Batista de Sousa

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Advogado: Bel. Arlindo Carolino Delgado e Outros

Recorrido: Cícero de Oliveira Cavalcante

Advogado: Wamberto Balbino Sales.

Ementa:

“RECURSO INOMINADO CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGÁTORIO (DPVAT) – DANO ESTÉTICO – LESÃO PERMANENTE. PRELIMINARES – REJEIÇÃO – PROCEDENCIA DO PEDIDO. APELO – REIJEÇÃO DAS PRELIMINARES – INSUBSISTÊNCIA



– SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – IMPROVIMENTO DO RECURSO.”

Já quanto ao ressarcível pela seguradora, nos casos de morte e invalidez, dúvida não existe, visto que, determina a Lei no. 6.194/74, em seu art. 3º., alínea a, e ratificando em decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:

“SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – SALÁRIO MÍNIMO – O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS” (STJ – Resp 152866 – SP – 4º. T. – Rel. Min Rui Rosado de Aguiar – DJU 29/06/1998 – P200).

Não pode nem deve, a seguradora ré, impor perante a sociedade, que as Circulares e resoluções, prevaleçam em detrimento a norma legal.

Processo no. 001.2002.006797-9

Ação: Cobrança c/c Reparação de Danos

Promovente: Eraldo Anacleto Nunes

Promovido: Sul Americana S/A

Juiz Leigo: Rossandro Farias Agra

Juiz Presidente: Octanny P. Batista

Ementa:

“PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS – SEGURO DPVAT – DEFERIMENTO PARCIAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA –

A Lei no. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização as vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez e morte, conforme dispõe o art. 3º. alínea a, determina o seguinte:

“OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ARTIGO 2º. COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES, NOS VALORES QUE SE SEGUEM, POR PESSOAS VÍTIMADAS.”

“b – 40 (QUARENTA) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, no caso de invalidez”

Do contrato de Seguro

-

Os contratos de seguro trazem em si relação de consumo, em que o negócio jurídico celebrado entre as partes sujeita-se às normas do Código de Defesa do Consumidor.



Determina o art. 757 do Código Civil brasileiro que: “Pelo Contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra risco predeterminados.”

Mencionado dispositivo por si só garante direito da autora, entretanto ainda é direito seu “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”, conforme determinado no inciso VI do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

O art. 51 do mesmo Codex, determina que são consideradas cláusulas abusivas as cláusulas que:

omissis

V - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

E ainda:

§ 1 Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:

I – omissis

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

A atitude da Seguradora colocou a Autora em situação de desvantagem exagerada causando desequilíbrio contratual, o que não é aceito pelo direito material.

Nesse sentido também é o entendimento de nosso Tribunal:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO Relator: EXMO. SR. DES. JOSÉ FERREIRA LEITE Partes: APELANTE - BRASILSEG - SEGURADORA DO BRASIL APELADA - GENECI CARMEN COSTARELLI TJ Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO DE SEGURO - CAUSAS RESTRITIVAS DE INDENIZAÇÃO - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS JUSTAPOSTAS À APÓLICE - INEXISTÊNCIA DO CONHECIMENTO PLENO DO SEGURADO ADERENTE - DESOBRIGATORIEDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DA LEI Nº 8.078/90.

As cláusulas restritivas prevendo situações excluídas da indenização não obrigam o segurado que delas não teve conhecimento pleno no momento da celebração do contrato de seguro.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Apelação Cível - Classe II - 20 - nº 23.348, de Sorriso. A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, presidida pelo Desembargador ERNANI VIEIRA DE SOUZA, através de sua Turma julgadora, composta pelos Desembargadores JOSÉ FERREIRA LEITE (Relator), JOSÉ JURANDIR DE LIMA (Revisor) e Doutor JURACY PERSIANI (Vogal, convocado), decidiu, RECURSO DE



APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO -2 TJ Fls. por unanimidade, improver o recurso, nos termos do relatório e dos votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente acórdão. Data: Cuiabá, 30/08/2000 (TJ115254)

Pelo exposto comprovado está o direito da Autora diante da relação de consumo amparado pela Lei 8.078/90 e pelo contrato que faz lei entre as partes e prevendo a obrigação da seguradora em indenizar a autora.

4 - DAS PROVAS

Pretende-se provar os referidos fatos por prova testemunhal, documental e tudo mais que for em direito permitido.

5 - DO VALOR

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 10.125,00 (DEZ MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS), para efeitos fiscais.

6 - DO PEDIDO

11. Face ao exposto requer:

a) seja a requerida devidamente citada, no endereço declinado nesta exordial, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia, ficando citada para os demais termos da presente ação;

b) Julgar procedente o presente pedido com a condenação de todos valores devidos ao requerente devidamente atualizado, no valor de R\$ 10.125,00 (DEZ MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS), TENDO EM VISTA QUE O AUTOR SÓ RECEBEU R\$ R\$ 3.375,00 (TRES MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO REIAS)

c) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais.

d) seja designada perícia medica legal, para atestar a invalidez do requerente;

e) que seja designada audiência de conciliação;

f) que seja o requerente agraciado com a justiça gratuita, por ser pobre na forma da lei;



7 - ROL DE TESTEMUNHAS

As testemunhas serão apresentadas oportunamente, as quais comparecerão independentemente de previa intimação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Patos, 30 de Abril de 2018.

WALDEY LEITE LEANDRO
OAB-PB 13.958 / OAB-PE 1785

YURE PEREIRA GOMES
OAB-PB 20.152

ESTAGIÁRIO
ÁLLAN MIGUEL PEREIRA DA SILVA





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Paulo Roberto Lopes Cabral, brasileiro, unido
em casamento, portador da RG de nº 1.901.991 SSP/PB e do CPF 019.
479.704-02, residente e domiciliado na Rua São José, 9/N, Zona Rural
Município de Imaculada - PB, CEP 58.745-000

OUTORGADA: **WALDEY LEITE LEANDRO**, brasileiro, casado, ADVOGADO, com Inscrição na OAB-PB no. 13.958, **EVELLYN CHRISTINE DE SOUSA LUCENA**, ADVOGADA, inscrita na OAB-PB sob o número 21.850, **FRANCINILCIA LEITE MELO**, ADVOGADA, inscrita na OAB-PB sob o número 21.754, **EDMAR ARAÚJO**, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 23.270 e **YURE PEREIRA GOMES**, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 20.152, todos com escritório profissional a Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – PB.

PODERES: Por este Instrumento Particular de procuração o OUTORGANTE nomeia e constitui seu(a) bastante procurador(a), o outorgado(a), a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula ad iudicia et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo o dito(a) procurador(a) praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do mandato ora outorgado, tais como: Contestar, ingressar com ação que julgar conveniente e necessária, recorrer em qualquer fórum ou instância, transigir, concordar, discordar, desistir, firmar compromissos (NÃO POSSUI PODERES PARA RECEBER DINHEIRO/PECUNIA OU DAR QUITAÇÃO EM NOME DO OUTORGANTE), agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-lo e defendê-lo perante QUALQUER ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO, EM QUALQUER ORGÃO ADMINISTRATIVO COMO INSS, PBPREV, DNOCS, IBGE, DPVAT, movido a favor do outorgante, do qual a mesma se compromete a levar as testemunhas para os atos processuais independentemente de intimações (nos termos do §2, do art. 455, do NCPC).

Patos, 24 de agosto de 20 17.

PAULO ROBERTO LOPES CABRAL

Outorgante

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, FACE A LEI No. 8.952/94, QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 38 DO CPC.

Dr. Waldey Leite Leandro
Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos – Pb.
Fone: (83) 8808-3805
E-MAIL e MSN: waicyleite@hotmail.com

Scanned with CamScanner



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE NOTAS
Rua Adm. Lauro S/N, Lapa, Imaculada - PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original, conforme o
exibido. Dou fé. (Art. 355 III do CPC).

Imaculada/PB - 29/08/2017

Selo Digital AFO75693-7641

Consulte a autenticidade em <https://secedigital.tjpb.jus.br>

Emol: R\$2,55 Fapen: R\$0,25 MP: R\$0,04 Feij: R\$0,39

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE IMACULADA
Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

CERTIDÃO

JOSÉ ROMÃO LUSTOSA NETO, Agente de Investigação no uso de suas atribuições,
o, a pedido verbal do SRA. ELIS MARCIA GONÇALVES FELIX, que encontra-se
ado nas páginas 321 e 322, do LIVRO DE OCORRÊNCIAS Nº 06, o BOLETIM DE
RENCIA Nº 082/2017, com conteúdo conforme a seguir.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 082/2017
(LIVRO 06)

DIA E HORA DA NOTICIA: DIA 18/AGO/2017, ÀS 09h26.

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO.

DIA E HORA DO FATO: 18 DE JULHO DE 2016, POR VOLTA DAS 01H00.

LOCAL DA OCORRÊNCIA: AV. JOSÉ ALVES CAMBOIM, DE FRENTE AO HOSPITAL,
BAIRRO BELA VISTA, IMACULADA/PB.

NOTIFICANTE: ELIS MÁRCIA GONÇALVES FÉLIX, conhecida por MARCINHA, brasileira,
união estável, Agricultora, natural de Imaculada/PB, 28 anos, nascida aos 28/MAR/1989, filha
de José Félix Filho e Luzia Gonçalves Leite, residente e domiciliada no sítio São José dos
Canais, zona rural de Imaculada/PB, RG nº 3.585.834 SSP/PB e CPF nº 095.421.174-00.

VÍTIMA: PAULO ROBERTO LOPES CABRAL, conhecido por PAULO DE ZUMIRA,
brasileiro, união estável, Agricultor, natural de Imaculada/PB, 42 anos, nascido aos
22/JUN/1975, filho de José Cabral da Silva e Zulmira Lopes Dantas, residente e domiciliado
no sítio São José dos Canais, zona rural de Imaculada/PB, RG nº 1.901.591 SSP/PB e CPF
nº 019.479.704-02.

VEÍCULO 1: MOTOCICLETA HONDA CG 150 TITAN MIX KS, ANO 2009, MODELO 2010,
VERMELHA, PLACA KHY-6761, SANTA TEREZINHA/PE, CHASSI Nº
9C2KC1610AR016570, CÓDIGO RENAVAN Nº 192401335, LICENCIADA EM NOME DE
PAULO ROBERTO LOPES CABRAL, COM CPF Nº 019.479.704-02.

VEÍCULO 2: VW CROSSFOX, ANO/MODELO 2006, PRATA, PLACA HAR-2863,
AFOGADOS DA INGAZEIRA/PE, CHASSI Nº 9BWKB05Z864193385, CÓDIGO RENAVAN
Nº 904598934, LICENCIADO EM NOME DE ANTONIO HONORATO DO NASCIMENTO,
COM CPF Nº 111.361.128-63.

Elis Marcia Gonçalves Felix






GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
16ª ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE IMACULADA
Rua Francisco Moreira, s/n, Bela Vista, Imaculada/PB, 58.745-000.

HISTÓRICO: Nesta Delegacia a notificante **DECLAROU QUE**, é companheira e convive em união estável com PAULO ROBERTO LOPES CABRAL (acima qualificado), o qual seguia na condução da motocicleta acima descrita (VEÍCULO 1), no dia, hora e local informados acima, quando colidiu frontalmente com um veículo Crossfox (VEÍCULO 2); QUE, com a colisão PAULO ROBERTO ficou desacordado, ocasião em que foi socorrido para o Hospital Regional de Patos/PB, onde foi submetido a cirurgia e ficou internado por vinte e nove dias, tendo sido liberado do hospital para retomar uma semana para avaliação, no sentido de se submeter a outra cirurgia; QUE, nesta colisão, PAULO ROBERTO teve fraturas múltiplas em ossos da perna esquerda; QUE, segundo o médico que atendeu PAULO ROBERTO, este só deverá voltar a andar após noventa dias, a contar do dia em que foi liberado do hospital. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Declarações prestadas com base na lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (Lei da Desburocratização). DECLARO AINDA SER CONHECEDOR DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS A QUE ESTAREI SUJEITO, CASO O QUANDO AQUI DECLARADO NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE (art. 299 do CPB - FALSIDADE IDEOLÓGICA). Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo notificante e por mim, Agente de Investigação que o digitei.

Imaculada/PB, 18 de AGOSTO de 2017.

SOLICITANTE: Elis Marcia Gomes Alves Felix


JOSE ROMÃO LUSTOSA NETO
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
MAT. 158.531-1



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Ant. Caelano S/N. Centro, Imaculada - PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art. 365-III do CPC).
Imaculada/PB - 29/08/2017

Selo Digital: AFO75694-ZLFH

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$2,55 Farpen R\$0,25 MP R\$0,04 Fepej R\$0,39


Lidiana Rocha Nunes
Escritoriente Autorizada
Imaculada-PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍSA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-239

PAULO ROBERTO LOPES CABRAL

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.901.591 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 03/10/2017

PAULO ROBERTO LOPES CABRAL

LOPES CABRAL DA SILVA
ZULMIRA LOPES DANTAS

CIDADE IMACULADA-PB DATA DE NASCIMENTO 22/06/1975

ORIGEM CERT. CAS. Nº418 - LIV.B-AUX-01 - FLS.105 - CARTORIO SANTA TEREZINHA-PE

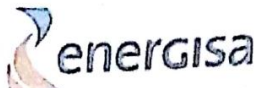
CPF 449.704-02

29/08/83

0+



LUZIA GONCALVES LEITE
RUA SAO JOSE, S/N - AREA RURAL
MACULADA/PB CEP 58745000 (AQ 133)



Emissão 30/10/2017 Referência Out/2017
Classe/Subclasse RESIDENCIAL/RESIDENCIAL MONOFASICO
Roteiro 17-143-670-2000 IP medidor 00008907614

ENERGISA PARAIBA - INST. SUBSTANCIA DE ENERGIA SA
Br 250, Km 25 - Creta Residencial - João Pessoa/PB - CEP 58011-000
CNPJ 02.026.150/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001.265.900-
Cód. para Dil. Automática 00012831113

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Out/2017	30/10/2017	29/11/2017	4754887417 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 6/1289211-3

Canal de contato:

CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL
CADASTRO ELETRÔNICO
A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA É OBRIGATORIA E GRATUITA.
O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA ALERTA QUANTO
AO CADASTRAMENTO E PROCURE UM CARTÓRIO ELEITORAL
MAIS PRÓXIMO PARA EFETUAR O SEU CADASTRO

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 28/04/17	Leitura 630	Data 30/10/17	Leitura 652	
			1	32

Demonstrativo									
CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Mq. Icmr	R\$ U.	Imp. Iptu	Imp. Ipi	Outros
0601	Consumo em kWh	37,000	0,525100	19,60	0,00	0	0,00	19,60	0,17
0801	Adc. B. Amarela			0,04	0,00	0	0,00	0,04	0,00
0801	Adc. B. Vermelha			1,10	0,00	0	0,00	1,10	0,01
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB. ILUM. PÚBLICA			2,72	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCl	Classe de Classificação da Rem.	TOTAL	20,66	0,00	0,00	17,84	0,18	0,65
-----	---------------------------------	-------	-------	------	------	-------	------	------

Média Últimos meses (kWh)
58

VENCIMENTO
07/11/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 20,66





CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Antônio Caelano, S/N Centro Imaculada - PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art. 365-III do CPC).

Imaculada/PB - 29/08/2017

Selo Digital: AFO75695-PLL

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$2,55 Farpen R\$0,25 MP R\$0,04 Fepj R\$0,39

Lidiana Rocha Nunes
Lidiana Rocha Nunes
Escrivente Autorizada
Imaculada-PB



HOSPITAL REGIONAL DE PATOS
GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do(a)
Sr.(a) Paulo Roberto Lemos Uen portador(a) da
identidade RG. _____, que o(a) mesmo(a) foi
atendido(a) por mim no dia de hoje, às 08.00 horas, portador(a) da
patologia CID-10 S82.2/T33.5, devendo permanecer
afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 30
(trinta e) dias, a partir desta data.
oitenta

João H. Suassuna Laureano
João H. Suassuna Laureano
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 7417

Patos-PB, 24/08/17

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo o(a)
Dr.(a). _____, a registrar o diagnóstico
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE 2ª VIA ANEXAR AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

CNPJ 08.778.268/0001-60
RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BAIRRO BELO HORIZONTE
PATOS - PARAÍBA





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima
013.479.704-02

Nome completo da vítima
Paulo Roberto Lopes Cabral

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: Paulo Roberto Lopes Cabral
CPF titular da conta: 013.479.704-02
Profissão: desempregado
Endereço: São José dos Corais
Número: 5/N
Complemento: casa
Bairro: Zona Rural
Cidade: Emaculada
Estado: Paraíba
CEP: 58.745-000
Email: 13193880-2050
Telefone (DDD): 13193880-2050

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

☐ RECUSO INFORMAR ☒ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ **CONTA POUPANÇA** (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)
☒ **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** (104)

AGÊNCIA NRO: 0043 D/V: 033 CONTA NRO: 00180401 D/V: 5
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☐ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO Nome: NRO:
AGÊNCIA NRO: D/V: CONTA NRO: D/V:
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

1005-PB, 23 de Janeiro de 2018
Local e Data

* PAULO ROBERTO LOPES CABRAL

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

-APPE.001 V001/2017



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

0043 - PATOS, PB

DATA: 23/10/2017

TERMINAL: 1004

NSU: 001313

HORA: 13:21:30

AUT.: 0000

COMPROVANTE DE SALDO

AGENCIA/CONTA: 0043/013.00180404-5

NOME: PAULO ROBERTO LOPES CABRA

SALDO DISPONIVEL: 0.00

SALDO BLOQUEADO: 0.00

SALDO TOTAL: 0.00

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Via Cliente



**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima: Paulo Roberto Lopes Cabral CPF da Vítima: 019473.704-02 Data do Acidente: 18/07/2016

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Paulo Roberto 23 de junho de 2018
Local e Data

PAULO ROBERTO LOPES CABRAL
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Paulo Roberto Lopes Cdnd

RG nº 1.301.531, data de expedição 03/10/2013 Órgão SSDS

CPF nº 013.179.704-02, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>São José dos Canais</u>
Número	<u>S/N</u>
Apto / Complemento	<u>Casa</u>
Bairro	<u>Zona Rural</u>
Cidade	<u>Imamelado</u>
Estado	<u>Pernambuco</u>
CEP	<u>58.745-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 9 9880 - 2050</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Patos, PB 23/01/18

Assinatura do Declarante: X PAULO ROBERTO LOPES CARDO





Assinado eletronicamente por: WALDEY LEITE LEANDRO - 10/05/2018 12:58:13

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1805101255558000000013852842

Número do documento: 1805101255558000000013852842

Num. 14189757 - Pág. 1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADANIA		DETTRAN - PE Nº 013177022975 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO	
VIA	1	COD RENAVAM	192401338
EXERCÍCIO	2017	RENTRC	*****
NOME	PAULO ROBERTO LOPES CABRAL		
PLACA	STA TEREZINHA-PE		
CHASSI	019.479.704-02		
COMBUSTÍVEL	ALCO/GASOL		
ESPECÍFICO	HONDA/CG150 TITAN MIX K3		
ANNO FAB	2009		
CATEGORIA	2B/13cc		
VERIFICADA	1		
PREMIO TARIFARIO	1		
PREMIO TOTAL	1		
DATA DE PAGAMENTO	25/05/17		
SEM RESERVA	SEM RESERVA		
DATA	25/05/17		
DETRAN - PE	STIA TEREZINHA-PE		
Charles Anderson Sousa Ribeiro	Diretor Presidente DETRAN/PE		

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, APESAR DO TRANSFERENCIA DAS OUTRAS DE SEGURO DPVAT		PE Nº 013177022975 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
PAULO ROBERTO LOPES CABRAL		ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
www.seguradoralider.com.br		SAC DPVAT 0800 922 1204	
RENDA	1	EXERCÍCIO	2017
PLACA	019.479.704-02	DATA EMISSÃO	25/05/17
CHASSI	019.479.704-02	PLACA	KHY6761
ANNO FAB	2009	MARCA / MODELO	HONDA/CG150 TITAN MIX
CATEGORIA	2B/13cc	Nº CHASSI	019.479.704-02
VERIFICADA	1	PREMIO TARIFARIO	1
PREMIO TOTAL	1	CUSTO DO SEGURO (R\$)	1
DATA DE PAGAMENTO	25/05/17	COTA UNICA	1
SEM RESERVA	SEM RESERVA	DATA DE QUITAÇÃO	25/05/17
DETRAN - PE	STIA TEREZINHA-PE	SEGURADORA LIDER - DPVAT	
Charles Anderson Sousa Ribeiro	Diretor Presidente DETRAN/PE		

SUS **ESADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAUDE**
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNPJ: 2005473 CNPJ: 08.778.268/002376
 NOME: HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
 ENDEREÇO: RUA JOAQUIM NOBREGA, S/N
 CIDADE: ESTADO: PARAIBA UF: 25

Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Paciente: PAULO ROBERTO LOPES CABRAL
 Mãe: ZUMIRA DANIAS
 Nascimento: 23/06/1975 Idade: 42 Cor: PARDA Sexo: M
 Profissão: AGRICULTOR(A)
 Endereço: SÍTIO SÃO JOSE DE CANAL
 Bairro: ZONA RURAL
 Cidade: IMACULADA - PB - 58745-000 - 2506707
 CNI: Identidade:
 CPF: 18/7/2017 03/23/48 Reg. Nasc.: ELMA
 Data / Hora: 18/7/2017 03/23/48 Recuperação: 214214
 Fone: 97666

PESO: PA: TEMP: 97666

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Acidente de moto

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

DIAGNÓSTICO
 Trauma de cabeça e tórax
 CID-10: S07.00

MEDICAMENTOS E OUTROS
 01 - ELETIVO
 02 - URGÊNCIA
 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição
 Trauma de cabeça e tórax
 CID-10: S07.00

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	03	01	06	00	29
2 -					
3 -					

ENCAMINHAMENTO
 1. PRESCRITA
 2. APLICADA
 OBSERVAÇÃO
 OUTRO HOSPITAL
 RESIDÊNCIA
 ÓBITO
 INTERNAÇÃO
 OUTROS

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: WALDEY LEITE LEANDRO - 10/05/2018 12:58:13
 http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18051012561771700000013852855
 Número do documento: 18051012561771700000013852855





HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuario: 97666

Data/Hora 18/7/2017 04:16:21

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Servidor do Dr:

Paciente: PAULO ROBERTO LOPES CABRAL

Idade: 42 Sexo M

Filiação: JOSE CABRAL DA SILVA
Mãe: ZUMIRA DANTAS

Endereço: IMACULADA - PB - 58745-000 - 2506707
Cidade: SITIO SAO JOSE DE CANAL N.:
Endereço: ZONA RURAL
Bairro: IMACULADA - PB
Naturalidade: Fone:

Documentos: CNS:
Identidade:
CPF:
Reg. Nasc:

Informações adicionais: Nascimento 23/6/1975
Cor: PARDA
Estado Civil: CASADO(A)
Profissão: AGRICULTOR(A)

Responsável: *Plumbeira Anacletus Filho*

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*Fratura exposta dos ossos da perna esquerda
com fratura parietal e substância encefálica
e fratura do osso da coxa esquerda
sem fratura do osso da coxa direita. Ausência de sangramento no
placenta*

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico: *Fratura exposta de osso da perna E / (GAVE)*
Motivo da Alta: *18/7/17*
Resultado () Sair Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em. *1*
Recepcionista: ELMA

Plumbeira Anacletus Filho
Tribunal - Criminal e Fiscal
CRIMPA 3038 TET 1213

Rend. Ac. 51





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA


Nome:	Zélio Zouren de Azevedo		Nº prontuário
Data da Cirurgia	Enf		Leito
18/07/17			
Cirurgião	Dr. G. Xavier	Dr. I. Cep	
Anestesista	Dr. Z. M. S.	Dr. R. J. P.	
Diagnóstico Pré-Operatório	Exame de X-RAY da coluna e + Febre		
Tipo de Cirurgia	Meio Coto e + Febre		
Diagnóstico Pós Operatório	Exame de X-RAY da coluna e + Febre		
Relatório Imediato do Patologista	O coto		
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Cirurgia			

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais
1º Abertura + coto e + Febre
2º Exame de X-RAY da coluna e + Febre
3º Exame de X-RAY da coluna e + Febre
4º Exame de X-RAY da coluna e + Febre



NOTA DE SALA CIRÚRGICA

MÉDICO <i>Roberto Roberto Lopes Cabral</i>		GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE	
LEITO <i>25</i>	CONVÊNIO <i>SUS</i>	IDADE <i>42 anos</i>	REGISTRO <i>97.666</i>
CIRURGIÃO <i>Dr. Fábio Spa</i>		 HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO	
ANESTESISTA <i>Dr. Roberto Cabral</i>			
INSTRUMENTADORA <i>Tiago</i>	DATA <i>06.05.2012</i>	INÍCIO <i>16:00h</i>	FIM

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
2	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ (soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão		Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi
2	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
17	TX. de Laser <i>SFO, Q1, 50W</i>		Coletor de Urina
2	TX. do Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
2	TX. Sala		Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico	1	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
2	TX. Oxímetro de Pulso	2	Eletrodos desc.
1	Neocaina <i>presada</i>	1	Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm <i>15cm</i>
	Thionembatal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
17	Ravulon <i>Exatex degerment</i>		Sonda Nasogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Drano Penrose
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%	2	Esparatrapo
	Etodimidade		Xilocaína Gel
	Ketalar	2	Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%	2	PVPI Tintura
1	Dimorf <i>0,2 upl-f</i>	2	Gases
	Lanexat 0,5ml	2	Algodão Hidrófilo
	Nar n		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepan	17	Agulha descartável
17	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
1	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
17	Cefalotina 19g <i>1g</i>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Plasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
1	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbotate (20) x 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome:	PAUL CESAR	Nº prontuário	
Data da Cirurgia	26.07.2018	Enf.	
Cirurgião	Dr. Fábio Sora	1º Auxiliar	Dr. Menezes
Anestesista	Dr. Calvo	Tipo de Anestesia	TOUOANESTESIA
Diagnóstico Pré-Operatório	NECESSO CURETOMA COM GLOMEROS		
Tipo de Cirurgia	DRENAGEM FOCAL NOCIVA		
	COM GLOMEROS		
Diagnóstico Pós Operatório	IDEM		
Relatório Imediato do Patologista	NÃO		
Exame Radiológico no Ato	NÃO		
Acidente Durante a Cirurgia	NÃO		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
1. PACIENTE EM POSIÇÃO SUPINA, COM GLOMEROS
2. ASSESSÃO E ANESTESIA
3. CURETOMA COM GLOMEROS
4. DRENAGEM FOCAL NOCIVA REGIM ANTERIOR COM GLOMEROS
5. LIGADURA COM SUTURA
6. CURATIVOS

Dr. Fábio de Moura Sora
Ortopedia e Traumatologia



Hospital		Enfermaria		Leito	Nº Prontuário	
FOLHA DE ANESTESIA		Nome		Idade	Sexo	Cor
Data		Pressão Arterial Pulso		Respiração	Temperatura	Peso
Tipo Sanguíneo		Hemóclia	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
Urina						Altura
Ap. Respiratório		Muco SI UA		Asma		Bronquite
Ap. Circulatório		NEN 2T		Eletrocardiograma		
Ap. Digestiva		NON		Dentes		Pescoco
Estado Mental		Normal		Ataraxicos		Corticoides
Diagnóstico Pré-Operatório		NECROSE DE PÉDUNCULO		Alergia		Hipotensores
Anestesia Anterior		COM CAXA		Estado Físico		Risco
Medicação Pré-Anestésica		Aplicada às		Efeito		
Agentes Anestésicos						INDUÇÃO Satisf. _____ Excit. _____ Tosse _____ Laringo Espasmo _____ Lenta _____ Náuseas _____ Vômitos _____ Outros _____
Líquido						MANTENÇÃO NEN 0,5 - 100 DRO - 9 - 0,06 Anestesia Satisf. Sim _____ Não _____ Não porque? _____
COI CO PV. ARTERIAL PULSO - RESPIRAÇÃO V. V. ANESTESIA OPERAÇÃO						DESPERTAR Reflexos na SO _____ Obstr. CO2 _____ Excit. _____ Náuseas _____ Vômitos _____ Outros _____ Com cânula _____ para o leito sim _____ não _____
Símbolos e Anotações						CONDIÇÕES _____ Cânula _____
Posição	O - T					
Agentes	RABUONAM para lumen					
Técnica	MANUTENÇÃO com ME					
Operação	DESQUERENCIAMENTO DE NERVOS COM PUNTA DE					
Cirurgião	D. PAULO SPA					
Anestesiologista	D. HENRIQUE CUNHA					
Observações						





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
REGIONAL DE PIANCÓ SAMU- 192

Nº 010/2017

Água Branca, 12 de Setembro de 2017.

Vítima: PAULO ROBERTO LOPES

Data Nascimento: 22/06/1975

Sexo: Masculino

Data da Ocorrência: 18/07/2017

Técnico de Enfermagem: MARIA JOSÉ LUIZ

Condutor: GILBERTO ALVES PEREIRA

Enfermeiro: IZABELLA FERNANDES DE ARAUJO

Viatura: USB-13

Natureza da ocorrência: Acidente de Trânsito

Procedimento: Vítima de acidente automobilístico na cidade de Imaculada. Apresentando-se consciente, orientado, nervoso, pele e mucosa hipocoradas, taquipnéico, taquicárdico. Relatando bastante dor no MIE, com fatura de exposta em MIE mais sangramento intenso e dor no local. Realizado imobilização do MIE com talas e ataduras. Colocado em prancha rígida e colar cervical de acordo com médico regulador e medicado sobre regulação. Ao exame, PA: (120x80 mmHg), FR:(78 rpm) e Sat O2:(99%); Tax (36°C). Encaminhado ao Hospital Regional de Patos onde foi diretamente encaminhado ao bloco cirúrgico. Onde o mesmo foi recebido pelo médico plantonista Dr. Gilvaney José Venâncio, CRM-PB 7507.

Michelly Alves Barros
Enfermeira
COREN-PB 377397

Coordenadora-COREN 377397
Base Descentralizada do SAMU 192 Água Branca





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
REGIONAL DE PIANCÓ SAMU- 192

Nº 010/2017

Água Branca, 12 de Setembro de 2017.

Vítima: PAULO ROBERTO LOPES

Data Nascimento: 22/06/1975

Sexo: Masculino

Data da Ocorrência: 18/07/2017

Técnico de Enfermagem: MARIA JOSÉ LUIZ

Condutor: GILBERTO ALVES PEREIRA

Enfermeiro: IZABELLA FERNANDES DE ARAUJO

Viatura: USB-13

Natureza da ocorrência: Acidente de Trânsito

Procedimento: Vítima de acidente automobilístico na cidade de Imaculada. Apresentando-se consciente, orientado, nervoso, pele e mucosa hipocoradas, taquipnéico, taquicárdico. Relatando bastante dor no MIE, com fatura de exposta em MIE mais sangramento intenso e dor no local. Realizado imobilização do MIE com talas e ataduras. Colocado em prancha rígida e colar cervical de acordo com médico regulador e medicado sobre regulação. Ao exame, PA: (120x80 mmHg), FR:(78 rpm) e Sat O2:(99%); Tax (36°C). Encaminhado ao Hospital Regional de Patos onde foi diretamente encaminhado ao bloco cirúrgico. Onde o mesmo foi recebido pelo médico plantonista Dr. Gilvaney José Venâncio, CRM-PB 7507.

Michelly Alves Barros
Enfermeira
COREN-PB 377397

Coordenadora-COREN 377397
Base Descentralizada do SAMU 192 Água Branca





**Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Água Branca**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800156-24.2018.8.15.0941

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de Ação Judicial em que pleiteia-se o pagamento de seguro obrigatório DPVAT, decorrente de acidente de trânsito.

Aduz que em virtude da colisão PAULO ROBERTO LOPES CABRAL, ora autor, teve fraturas múltiplas em ossos da perna esquerda, devendo voltar a andar após noventa dias após a data de liberação do hospital.

Eis o breve relatório.

Inicialmente, DEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, ante os documentos acostados à inicial, que suprem as exigências legais.

A atividade probatória deverá recair sobre a existência ou não de invalidez permanente sofrida pelo autor e o seu grau. Para tanto, verifica-se a necessidade de realização de perícia judicial na parte autora, de modo a subsidiar suficientemente a resolução da demanda.

Nesse contexto, oficie-se ao HOSPITAL do Município de Imaculada - PB, solicitando a realização de perícia médica (exame DPVAT) no autor, devendo os peritos responderem aos quesitos formulados pelas partes, as quais devem ser intimadas a apresentarem. O laudo deve ser confeccionado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da realização do exame.

Ainda no ofício, solicite-se para que o respectivo Hospital informe a data do exame com, ao menos, uma antecedência de 30 (trinta) dias, para possibilitar a intimação das partes e eventual nomeação de assistente técnico para acompanhamento da perícia (art. 465, CPC).

Com a designação da data, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃO, intime-se o autor para comparecimento ao local informado e o réu para ter ciência do local e data da perícia.

Com a chegada do laudo, intemem-se as partes, sucessivamente, para sobre ele se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.

CUMPRIDAS TODAS AS DETERMINAÇÕES ACIMA, voltem-me os autos conclusos.

Água Branca - PB, 14 de maio de 2018.

PEDRO DAVI ALVES DE VASCONCELOS

Juiz de Direito Substituto





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves, Sítio Serrote Alto, s/n - CEP 58748-000. Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205.

Ofício nº ____/2019

Água Branca, 28 de junho de 2019.

Processo nº: 0800156-24.2018.8.15.0941

Senhor(a) Diretor(a):

De ordem do MM. Juiz de Direito da comarca de Água Branca, dr. Pedro Davi Alves de Vasconcelos, requisito a Vossa Senhoria que designe data próxima e médico ortopedista para a realização de exame pericial no(a) autor(a): **Paulo Roberto Lopes Cabral**, brasileiro, união estável, Agricultor, Portador do RG de nº 1.901.591 SSP/PB, e do CPF 019.479.704-02, residente e domiciliado na Rua São José, S/N, Zona Rural, Município de Imaculada-PB, respondendo aos quesitos formulados pelas partes. Seguem em anexo os quesitos da perícia.

Outrossim, uma vez designado o exame, que nos informe a data em tempo hábil (20 dias de antecedência) para a intimação das partes e que, após a realização do mencionado exame, seja encaminhado a este juízo o laudo conclusivo.

Atenciosamente,

Ellis Cleriston de Andrade Silva.
Técnico Judiciário, Matrícula nº 476.784-5

Ao Ilmo. Sr.:
Secretário de Saúde de Imaculada-PB.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ÁGUA BRANCA-PB

Fórum Conselheiro Luiz Nunes Alves, Sítio Serrote Alto, s/n – CEP 58748-000, Telefones: (83) 3481-1206 / 3481-1205.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Ação: Cobrança de Seguro Obrigatório.

Processo nº: 0800156-24.2018.8.15.0941.

Autor: Paulo Roberto Lopes Cabral.

Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Ilmo. Sr.:

Através da presente e de ordem do MM. Juiz de Direito desta comarca, **Cito** o(a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031.205, por intermédio de seu representante legal, para os termos da Inicial. Ainda, **intimo** a mesma para, no prazo de 15 dias, apresentar os quesitos da perícia a ser realizada na parte autora.

Água Branca-PB, 25 de março de 2020.

Ellis Cleriston de Andrade Silva.
Técnico Judiciário, Matrícula nº 476.784-5

